



Revista Brasileira de Cartografia (2013) N^o 65/3: 511-527
Sociedade Brasileira de Cartografia, Geodésia, Fotogrametria e Sensoriamento Remoto
ISSN: 1808-0936

ANÁLISE DA EVOLUÇÃO URBANA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO A PARTIR DE MAPAS HISTÓRICOS

Urban Evolution Analysis of Rio de Janeiro City from Historical Maps

**Cláudio Chagas Figueiredo¹, Renato Fontes Guimarães¹,
Paulo Márcio Leal de Menezes², Osmar Abílio de Carvalho Júnior¹,
Roberto Arnaldo Trancoso Gomes² & Flávio Chagas Figueiredo³**

¹ Universidade de Brasília – UnB

**Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Geografia
Laboratório de Sistemas de Informações Espaciais – LSIE**
Campus Darcy Ribeiro, ICC Norte. Bairro Asa Norte, Brasília – DF. CEP 70910-900
claudiocfigueiredo@hotmail.com, {renatofg, osmarjr, robertogomes}@unb.br

² Universidade Federal do Rio de Janeiro

Depto de Geografia - Lab. de Cartografia (GEOCART)
Av. Brig. Trompowski, SN - 21941- Cidade Universitária - Rio de Janeiro - RJ, Brasil
pmenezes@acd.ufrj.br

³ Arquivo Nacional

Praça da República, 173 - 20211-350 - Rio de Janeiro, RJ
tadaoilha@yahoo.com.br

*Recebido em 11 de maio, 2012/ Aceito em 16 de outubro, 2012
Received on May 11, 2012/ Accepted on October 16, 2012*

RESUMO

O mapeamento urbano temporal utilizando mapas históricos reconstrói e gera uma progressiva e georreferenciada descrição visual das mudanças urbanas. O presente trabalho tem como objetivo investigar a evolução da cidade do Rio de Janeiro utilizando dados recuperados de plantas cartográficas do passado e na comparação de elementos encontrados nestes documentos. A presente pesquisa utiliza a planta da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro de 1812, a planta de 1906 da administração do prefeito Pereira Passos e o mapa digital da cidade do Rio de Janeiro relativo ao ano de 2000. A metodologia é subdividida nas seguintes etapas: (a) seleção dos mapas cartográficos a serem utilizados, (b) co-registro dos mapas de forma a permitir a sua sobreposição, e (c) análise das feições invariantes ao tempo e mudanças ocorridas estabelecendo eixos de expansão. O banco de dados de mapas temporais forneceu uma perspectiva ilustrada e histórica do crescimento urbano no Rio de Janeiro entre 1812 e 2000. A Igreja e o Estado são os principais agentes modeladores do espaço, neste estudo, possuindo as principais construções invariantes ao longo do tempo.

Palavras chaves: Mapeamento Urbano Temporal, Transformação da Terra, Cartografia Histórica, Dinâmica Urbana, Crescimento Urbano.

ABSTRACT

The temporal urban mapping using historical maps reconstructs and generates a progressive and geo-referenced visual depiction of urban change. This paper aims to investigate the evolution of the Rio de Janeiro city using ancient cartographic maps and comparing elements found in these documents. This research uses the plant of São Sebastião do Rio de Janeiro city in 1812, the plant in 1906 the administration of Mayor Pereira Passos, and the digital map of the Rio de Janeiro city, 2000. The methodology is subdivided into the following steps: (a) selection of cartographic maps to be used, (b) co-registration of the maps in order to allow their overlapping, and (c) identification of the time-invariant features and change detection, establishing axes expansion. Temporal map database provided an illustrated and historical perspective of the urban growth in Rio de Janeiro between 1812 and 2000. Church and State Government are the main drivers of the modeling space, having the main buildings invariant over time.

Keywords: Temporal Urban Mapping, Land Transformation, Historical Cartography, Urban Dynamics, Urban Growth.

1. INTRODUÇÃO

Os mapas antigos apresentam informações para o entendimento da ocupação de cidades ao longo do tempo. Estes mapas são heranças do passado e indicam o domínio da técnica cartográfica em diferentes momentos, sua importância e sua evolução. Além disso, estes mapas como documentos históricos refletem os anseios dos diversos agentes envolvidos na construção do espaço urbano.

O presente trabalho tem como objetivo fazer uma observação multitemporal da cidade do Rio de Janeiro, a partir das plantas do passado, de forma que seja possível identificar invariâncias, mudanças e a evolução urbana da área de estudo. Vale ressaltar que estas plantas resultaram dos conhecimentos adquiridos sobre o espaço, segundo os pontos de vista daqueles que as construíram. Desta forma, elas são frutos da sociedade que as criaram, apresentando as consequências das relações entre os agentes produtores e consumidores do espaço traduzidos em traços de desenho.

A área de estudo considera a jurisdição religiosa das freguesias ou paróquias urbanas da cidade do Rio de Janeiro, que passaram a abranger os territórios de jurisdição administrativa da cidade (BERGUER, 1965). Temporalmente, o trabalho analisa a planta da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro de 1812, a planta de 1906 da administração do prefeito Pereira Passos e o mapa digital da cidade do Rio de Janeiro relativo ao ano de 2000. Estas plantas constituem a base do presente estudo para as reflexões da evolução histórica da cidade do Rio de Janeiro.

1.1. Espaço urbano e os agentes modeladores

O espaço urbano é definido por Corrêa (1995) como “produto social, resultado de ações

acumuladas através do tempo e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço”. Esses agentes são os seguintes: os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado; e os grupos sociais excluídos.

Nesse contexto, há a necessidade de compreender os atores envolvidos na dinâmica espacial do passado. Os agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial observados por Vasconcelos (1997) são: a igreja, as ordens leigas, o Estado, os agentes econômicos, e a população e os movimentos sociais. Estes agentes são adaptados no presente trabalho ao contexto imperial e ao início da república.

Ressalta-se que, além da dificuldade de entendimento de suas atuações isoladamente, deve-se estar atento ao comportamento diversificado que eles tiveram ao longo do período estudado. Muito presente na cultura colonial, a igreja católica, como religião, está ligada a todos os agentes mencionados, uma vez que é representada por uma estrutura hierárquica ligada ao Estado e a entidades religiosas relativamente independentes do Estado e da hierarquia local.

Nesse contexto, o agente modelador “Igreja” é dividido em clero secular, formado por religiosos que compõem a alta hierarquia da igreja até os vigários e párocos responsáveis pelas células locais, e clero regular, que compreende os elementos pertencentes a uma ordem religiosa. A importância deste agente pode ser destacada na atuação dos dois grupos. A íntima ligação do primeiro grupo e o Estado é notada em um acordo no qual a Coroa portuguesa ficava responsável pelo recebimento dos dízimos, devendo fazer a manutenção das despesas da igreja no Brasil. Além disso, o Bispado definia a localização de igrejas matrizes, demarcando suas

paróquias ou freguesias, que influenciaram a criação de futuros bairros da cidade e são elementos de delimitação da área de estudo do trabalho. Por outro lado, a importância do clero regular não foi menos significativa, visto que as ordens religiosas possuíam bens diversos, incluindo uma grande quantidade de imóveis destinados à obtenção de renda. Soma-se, ainda, o fato de seus conventos terem servido de hospedaria e, até mesmo, como locais de depósito de dinheiro e valores (OTT, 1955).

Intimamente ligadas à Igreja Católica, as ordens leigas eram entidades independentes dessa instituição, visto que eram compostas por leigos, em muitos casos pessoas devotas de algum santo em comum, as quais tinham interesses e objetivos semelhantes, desde a caridade coletiva até o empréstimo financeiro. Além disso, possuíam imóveis destinados ao rendimento de aluguéis. A Irmandade de Misericórdia, as Ordens Terceiras e outras entidades ligadas a profissões ou grupos sociais eram exemplos desse agente. A devoção era materializada na construção de uma sede destinada ao santo, que, no caso de ordens de menores posses, era representada por uma capela, o que consolidava a ligação dessas ordens com a Igreja Católica.

Ao alertar sobre as funções do Estado no período colonial, Vasconcelos (1997) ilustra que esse agente destacava-se no papel de apoiador das atividades econômicas. Além disso, sustentava seu corpo de funcionários e o clero, estando comprometido com a manutenção das igrejas, como explicado anteriormente. Por fim, realizava obras defensivas e mantinha suas tropas. O Estado atuava através da Coroa e de seus representantes e pelas Câmaras Municipais. No primeiro caso, merece destaque a execução de obras de infra-estrutura, mas ressalta-se que algumas vezes o apoio e a ajuda da população eram requisitados. No caso das Câmaras, as atribuições estavam voltadas para o controle das atividades urbanas, como a decisão sobre impostos, taxas e normas do cotidiano. É importante destacar que cabia à Câmara Municipal a definição do limite da área urbana, de forma que fosse possível a cobrança da décima, uma espécie de imposto territorial urbano, fato intimamente ligado ao recorte espacial deste trabalho, já que ele está restrito às freguesias urbanas.

Os agentes econômicos correspondem aos proprietários rurais, os comerciantes e financistas, e os artesãos. Neste grupo, os proprietários rurais podem ser considerados como os atores mais influentes, em razão de controlarem as principais atividades econômicas no período estudado, visto que o setor primário era o principal responsável pelo sustento da economia do país.

Nesse contexto, senhores de engenho, criadores de gado, plantadores e mineradores, os quais tinham suas atividades econômicas fora da cidade, eram extremamente influentes na área urbana, visto que também participavam de outros grupos. Tal fato é comprovado ao considerar que muitos deles eram membros das Câmaras, participavam de ordens leigas de prestígio e se estabeleciam nas cidades. Vasconcelos (1997) afirma que muitos senhores de engenho contribuíram “para a construção de conventos femininos para evitar as grandes despesas para enviar suas filhas a Portugal”. Com isso, percebe-se a íntima ligação deste agente com a igreja, a qual é um elemento a mais que ilustra a intensa interação dos proprietários rurais com as atividades urbanas.

Por outro lado, apesar de terem menos prestígio, os comerciantes e financistas destacavam-se nas cidades. Nas portuárias sobressaíam aqueles que mantinham negócios de importação e exportação. Ressaltam-se, ainda, os traficantes de escravos e os comerciantes de entrepostos comerciais interioranos. Já os artesãos tinham a realização de trabalhos manuais como o principal motivo de seu baixo prestígio. Esta classe se organizava de forma diferenciada de seus semelhantes europeus, em razão da existência de uma sociedade escravocrata no Brasil. Nesse contexto, alguns desses profissionais ensinavam o seu trabalho a seus escravos, de forma que apenas supervisionassem seus subordinados. Ainda assim, a importância e a materialização de suas atividades são percebidas até os dias de hoje na nomenclatura de algumas ruas de cidades brasileiras, que lembram as profissões que as dominavam no passado. Esse tipo de denominação era uma prática comum na sociedade portuguesa que considerava a concentração de profissionais ou comerciantes de acordo com suas atividades. Cabe destacar que a aglomeração por atividade é comum em algumas cidades brasileiras da atualidade.

Deve ser enfatizada a existência de outros agentes econômicos, tais como os proprietários de armações de pesca de baleia, os donos de embarcações e a população que vivia da renda de escravos de ganho, os quais não formavam grupos coesos a ponto de serem considerados por Vasconcelos (1997) como verdadeiros agentes econômicos organizados.

Diferentemente dos agentes econômicos, que correspondiam às classes sociais dominantes, o agente intitulado “a população e os movimentos sociais” era formado pelo restante da população. Entre os diversos grupos existentes, merecem destaque os pequenos assalariados livres, na maior parte funcionários públicos, visto que outras atividades produtivas consideradas dignas de um cidadão branco ainda não estavam consolidadas. Além disso, ressaltam-se os engenheiros, profissionais de prestígio ligados à corporação militar, os professores, que substituíram os jesuítas em atividades educacionais, e alguns cirurgiões, que também estavam enquadrados neste primeiro conjunto, o qual correspondia a uma espécie de classe média do período estudado. Esses habitantes, quando não eram inquilinos das ordens religiosas ou das irmandades, construía suas moradias em terrenos foreiros, resultando, na maior parte das vezes, em simples casas térreas nas áreas centrais.

Deve-se alertar, ainda, que a grande maioria da população era de origem escrava. Nesse contexto, os habitantes livres ou libertos desta procedência adequavam-se à sociedade escravocrata trabalhando em atividades de ganho e em pequenas tarefas e empreitadas. Dessa forma, competiam diretamente com os escravos que efetuavam as mesmas atividades. Havia, ainda, habitantes da mesma origem que possuíam um pequeno comércio e outros vinculados ao serviço militar, além daqueles que se estabeleciam em torno das cidades, dedicando-se ao cultivo da terra. Ressalta-se que grande parte desses habitantes, inclusive os ligados a atividades essencialmente urbanas, encontrava-se nas áreas periféricas da cidade. Por outro lado, aqueles que permaneciam escravos realizavam praticamente todos os tipos de trabalhos urbanos, sendo os serviços de ganho que lhe possibilitavam maior liberdade. Neste último caso, indica que há informações de que escravos de ganho chegavam a residir em quartos alugados ou conjuntamente com libertos, mas normalmente cabia aos proprietários a

responsabilidade pelo alojamento de seus escravos (REIS, 1986).

Por fim, Vasconcelos (1997) destaca que os movimentos sociais no período colonial “foram sobretudo rebeliões: de tropas, pelos atrasos nos pagamentos; da população livre, contra a carestia de vida; e dos escravos, sobretudo africanos, destacando-se os haussas, majoritariamente islamizados”. Vale destacar que, apesar de causarem algum transtorno, tais movimentos não tinham um impacto expressivo nas cidades, por causa da rápida e violenta repressão a que eram submetidos. O autor também ressalta a fuga de escravos e a organização de quilombos em áreas urbanas e rurais como outro tipo de rebelião, que deve ser enquadrado na categoria de movimento social, cujas diferenças de origem dificultavam a solidariedade entre seus componentes. Mesmo sendo classificadas como movimentos do período colonial, muitas destas manifestações possuem causas que não foram solucionadas até o início da república, ou mesmo até os dias de hoje, o que justifica sua contextualização no trabalho.

Dessa forma, há o interesse em analisar o poder que cada agente exerce no espaço e nos períodos estudados, através da materialização de sua influência, que pode ser visualizada nas plantas escolhidas.

1.2. Freguesias ou paróquias do Rio de Janeiro

Esta seção tem como objetivo apresentar a divisão que limitava os territórios da cidade do Rio de Janeiro em grande parte do período estudado. Divisão de aspecto eclesiástico, as freguesias ou paróquias (**Figura 1**) limitavam os territórios de jurisdição religiosa, em princípio. De acordo com Berguer (1965), em função da confusão da divisão territorial da cidade no período da monarquia, houve o constante uso do termo freguesia para a limitação de todos os atos administrativos ou religiosos. Ressalta-se que ainda hoje esta nomenclatura é encontrada em documentações emitidas por cartórios para designar suas jurisdições, o que mantém, em menor escala, a antiga confusão. Berguer (1965) destaca que a primeira freguesia criada foi a de São Sebastião, em 20 de fevereiro de 1569, e apresenta as 21 freguesias do Rio de Janeiro em ordem cronológica de criação: Candelária (1634), Irajá (1644),



Fig.1 – Freguesias urbanas da cidade do Rio de Janeiro (adaptada de LOBO, 1978, p. 236b)

Jacarepaguá (1661), Campo Grande (1673), Ilha do Governador (1710), Inhaúma (1749), São José (1751), Santa Rita (1751), Guaratiba (1755), Engenho Velho (1762), Ilha de Paquetá (1769), Lagoa (1809), Santana (1814), Sacramento (1826 – em substituição a de São Sebastião), Santa Cruz (1833), Glória (1834), Santo Antônio (1854), São Cristóvão (1856), Espírito Santo (1865), Engenho Novo (1873) e Gávea (1873).

Apesar de toda a confusão envolvendo a utilização deste parcelamento, o termo freguesia é constantemente utilizado em trabalhos que retratam a divisão territorial no período anterior à república. Nesse contexto, vale destacar que havia uma subdivisão que considerava aquelas enquadradas como urbanas ou rurais. Como já foi comentado, cabia à Câmara Municipal a definição do limite da área urbana, com o objetivo de cobrança do imposto da décima urbana. Tal fato determinava o enquadramento da freguesia na sobredita subdivisão. Ressalta-se, ainda, que o mesmo tipo de divisão era também ilustrado nos censos realizados naquela ocasião (ABREU, 1987; LOBO, 1978). Dessa forma, no ano de 1873 eram paróquias urbanas: Candelária, São José, Santa Rita, Sacramento, Glória, Santana, Santo Antônio, Espírito Santo, Engenho Velho, Lagoa, São Cristóvão, Gávea e Engenho Novo. Por outro lado consideravam-se rurais: Irajá, Jacarepaguá, Inhaúma, Guaratiba, Campo Grande, Santa Cruz, Ilha do Governador e Ilha de Paquetá (ABREU, 1987).

2. METODOLOGIA

A metodologia é subdividida nas seguintes etapas: (a) seleção dos mapas cartográficos a serem utilizados, (b) co-registro dos mapas de forma a permitir a sua sobreposição, e (c) análise das feições invariantes ao tempo e mudanças ocorridas estabelecendo eixos de expansão.

2.1. Seleção das plantas cartográficas

Três plantas foram escolhidas com intervalo de tempo aproximado de um século: (a) a Planta de São Sebastião do Rio de Janeiro, a primeira planta impressa no Rio de Janeiro, no ano de 1808; (b) a Planta dos melhoramentos urbanos realizados ou projetados na administração do Dr. Francisco Pereira Passos incluindo os melhoramentos realizados ou projetados pelo governo federal organizada pela Repartição da Carta Cadastral e publicada em 1906; e (c) conjunto de arquivos digitais da cidade do Rio de Janeiro fornecido pelo Instituto Pereira Passos na escala 1:10.000, no sistema UTM, com datum horizontal SAD-69, tendo seu levantamento aerofotogramétrico executado pela empresa ENGEFOTO – Engenharia e Aerolevantamentos S.A. entre os meses de maio e julho de 1999, com edição em 2000.

A Planta de São Sebastião do Rio de Janeiro foi desenhada no Real Arquivo Militar por J. A. dos Reis, sua impressão foi dirigida por João Caetano de Rivara e gravada por Paulo dos Santos Ferreira Souto em 1812. Esta gravura sobre papel possui dimensões de 92 cm x 123 cm e apresenta escala gráfica de 300 braças em 16,5 cm (ADONIAS et al, 1966). Alguns de seus exemplares são encontrados na Biblioteca Nacional (REIS, 2000; CUNHA, 1971), na Mapoteca do Itamaraty (CZAJKOWSKI, 2000; ADONIAS, 1956) e no Arquivo Nacional, instituição onde foi adquirida a reprodução aqui utilizada. A reprodução aqui utilizada corresponde a uma imagem digital obtida da gravura encontrada no Arquivo Nacional, sob o código 4Y-MAP534. É pertencente ao Fundo/Coleção do antigo Ministério da Viação e Obras Públicas, cujo catálogo engloba documentos cartográficos do período entre os anos de 1793 e 1948. De forma semelhante a outras plantas do passado como a de João Massé de 1713, este documento cartográfico não apresenta alguns topônimos sobre suas

localidades, sendo estes dispostos na legenda, que exibe dois grupos de explicações. O primeiro emprega letras, utilizando-se das maiúsculas para identificar palácios, igrejas, capelas, seminários, conventos, freguesias, hospitais, recolhimentos e quartéis, e das minúsculas para indicar chafarizes, largos, entre outros. O segundo grupo possui algarismos que revelam logradouros, tais como becos, ruas, travessas e ladeiras. As praias, morros, montes, caminhos, entre outros, apresentam a toponímia disposta sobre o próprio sítio.

A planta dos melhoramentos urbanos realizados ou projetados na administração do Dr. Francisco Pereira Passos de 1906 foi escolhida pelo fato de representar as mudanças no início do século XX, momento em que houve transformações urbanísticas significativas da história da cidade. Este documento cartográfico possui dimensões de 45cm x 69cm, escala numérica de 1:10.000 e curvas de nível espaçadas em vinte metros. Considerando o período de sua construção e o seu objetivo, acredita-se que vários exemplares desta gravura sejam encontrados em mapotecas diversas. O original disponível na mapoteca do Núcleo de Pesquisa de Geografia Histórica foi digitalizado no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

2.2. Co-registro dos mapas

Para realizar a sobreposição das informações cartográficas de forma a comparar sua evolução temporal torna-se necessário colocar as plantas das diferentes épocas em uma mesma base cartográfica. Um extenso trabalho de co-registro foi feito para as plantas do presente estudo por Figueiredo (2008). Neste trabalho foram realizados diferentes testes para definir o melhor procedimento de co-registro das plantas do passado com o mapa digital da cidade do Rio de Janeiro relativo ao ano de 2000. Os autores compararam diferentes funções de transformações projetivas e polinomiais de segunda à quinta ordem. Além disso, realizou vários testes na definição do melhor número de pontos de controle a serem utilizados. Desta forma, no presente trabalho é adotado a melhor configuração estabelecida por Figueiredo (2008). Para realizar esta etapa foi utilizado o programa Image Analyst.

2.3. Interpretação da Evolução Urbana

As imagens após o co-registro podem ser sobrepostas de forma a evidenciar as áreas que se mantiveram ou se modificaram ao longo do tempo.

A partir dos elementos modificadores da paisagem urbana podem ser definidos barreiras e vetores delimitadores da expansão da cidade. Cabe ressaltar que, além dos documentos cartográficos, foram utilizadas informações obtidas de autores como Gerson (2000), Cavalcanti (1998), Abreu (1987), Ferrez (1976) e Barreiros (1965), além daquelas disponíveis nos monumentos encontrados na cidade.

3. RESULTADOS

3.1. Feições Invariantes (Permanências)

Ao observar os três documentos cartográficos que foram trabalhados é possível perceber alguns elementos que resistiram às transformações do Rio de Janeiro ao longo dos séculos. Esses elementos, aqui classificados como invariantes (permanências) são resquícios da cidade de outros momentos de sua existência, estando intimamente ligado a ocupação do espaço daquele período histórico. Cabe destacar, ainda, que a maioria destes pontos passou por mudanças significativas, ao longo do tempo, quando não foram totalmente reconstruídas. Mesmo assim, é possível identificar vários elementos que se apresentam intactos nas três plantas.

Nesse grupo, deve-se ressaltar a presença dos elementos eclesiásticos que estão presentes no cotidiano dos transeuntes do centro da cidade.

Nas proximidades da Praça XV (**Figura 2**), centro de poder do Brasil colonial e imperial, são encontrados diversos elementos ligados direta ou indiretamente à igreja, alguns vinculados ao clero secular e outros às ordens leigas. Nesse contexto, merecem destaque o convento do Carmo (1), a freguesia de São José (2) e as igrejas do Carmo (3), identificada na planta como Capela Real, de Nossa Senhora da Lapa dos Mercadores (4), identificada como da Lapa dos Mascates, da Ordem Terceira do Carmo (5), identificada como Capela dos Terceiros, e a Igreja de Santa Cruz dos Militares (6), identificada como Igreja da Cruz.

O convento do Carmo tem origem no início do século XVII, com uma pequena capela anexa construída na mesma época. Por outro lado, a igreja do Carmo surgiu em meados do século XVIII. Já a igreja de São José, que é um dos templos mais antigos da cidade, tinha sua capela e irmandade já existentes no século XVII. O templo atual teve origem em obras iniciadas em 1808. Na mesma linha, a atual igreja da Ordem Terceira do Carmo

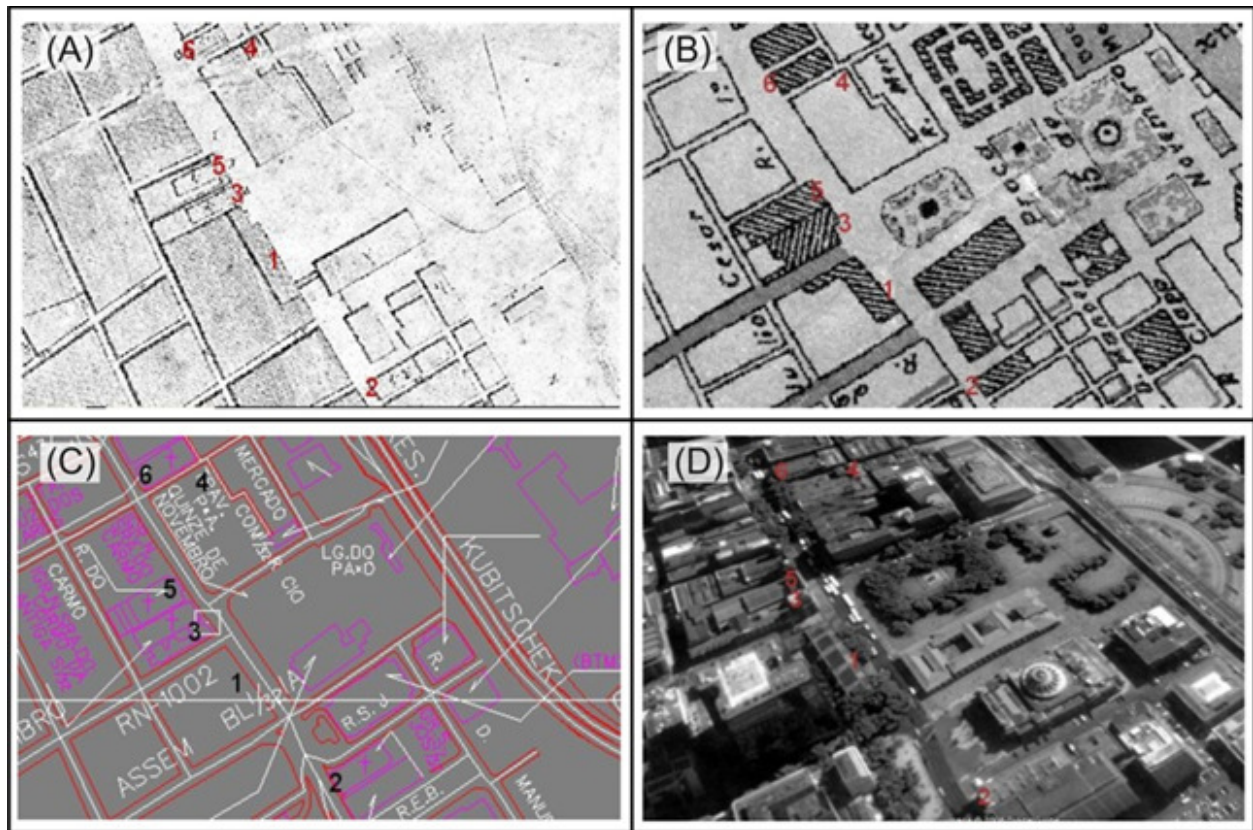


Fig.2 - Permanências encontradas próximas à praça XV: (a) planta de 1812; (b) planta de 1906, (c) base cartográfica de 2000 e (d) imagem Digital Globe/ Google Earth (2002/2002). Os pontos são referentes às seguintes construções urbanas: Convento do Carmo (1), a freguesia de São José (2) e as igrejas do Carmo (3), identificada na planta como Capela Real, de Nossa Senhora da Lapa dos Mercadores (4), identificada como da Lapa dos Mascates, da Ordem Terceira do Carmo (5), identificada como Capela dos Terceiros, e a Igreja de Santa Cruz dos Militares (6), identificada como Igreja da Cruz.

tem sua origem no século XVIII, mas a Venerável e Arquiepiscopal Ordem Terceira do Monte do Carmo foi fundada em julho de 1648. Destaque deve ser dado à igreja de Santa Cruz dos Militares, a qual foi construída em uma área originalmente ocupada pelo forte de Santa Cruz, que estava em desuso já no século XVII, onde foi construída uma capela que abrigava a irmandade dos militares. A igreja foi reconstruída de 1711 até 1811, contando com a presença do recém-chegado Príncipe Regente em sua inauguração. Diferentemente dos imóveis anteriores, localizados na antiga Rua Direita, a igreja de Nossa Senhora da Lapa dos Mercadores localiza-se na rua do Ouvidor, onde a Irmandade dos comerciantes retalhistas construiu seu templo de devoção no século XVIII.

Na mesma linha é possível encontrar imóveis de destaque nas áreas mais afastadas do antigo Paço Real, mas limitadas pelos morros de São Bento, da Conceição, do Castelo e de Santo Antônio e pela antiga rua da Vala e adjacências. Nesse contexto, cabe registrar os imóveis das igrejas de Nossa

Senhora Mãe dos Homens, de São Francisco de Paula, de Nossa Senhora de Bonsucesso; as freguesias da Candelária, de Santa Rita e de Nossa Senhora do Rosário; a capela dos Terceiros de Santo Antônio e os conventos de Santo Antônio e de São Bento.

A igreja de Nossa Mãe dos Homens, cuja irmandade foi fundada em 1758, está localizada na rua da Alfândega. Sua construção foi concluída em 1784, porém teve a fachada refeita no ano de 1856. Na mesma linha, a igreja de São Francisco de Paula tem origem em uma capela inaugurada por sua ordem terceira no século XVIII, no largo de mesmo nome, a qual deu lugar ao atual templo, concluído em 1811. Já a igreja de Nossa Senhora de Bonsucesso encontra-se no conjunto de edificações da Santa Casa da Misericórdia, localizada no largo homônimo. A capela original foi construída na segunda metade do século XVI, mas passou por sucessivas reformas ao longo do século XVIII, quando em 1780 uma intervenção deu ao templo sua forma atual. Deve-se ressaltar que esta igreja

está bem próxima da permanência mais antiga tratada neste trabalho: a ladeira da Misericórdia, cujos resquícios remontam ao início da cidade, mantendo esse nome desde seu nascimento.

A imponência da igreja da Candelária na paisagem carioca não esconde a importância deste templo, que resistiu até a devastadora onda de demolições gerada pela construção da Avenida Presidente Vargas. A capela original é originária do início do século XVII, tendo sido demolida para dar lugar a uma nova igreja com planta em cruz latina em 1775, a qual permaneceu em edificação até o ano de 1890, sofrendo as últimas reformas significativas em 1890. Por outro lado, ao trafegar pelas atuais ruas Visconde de Inhaúma e Marechal Floriano, não se tem a mesma impressão observando a igreja de Santa Rita de Cássia, localizada no largo homônimo. Ainda assim, cabe ressaltar a importância deste templo, o qual está indicado na legenda da planta de 1808 com o status de freguesia. Já a igreja de Nossa Senhora do Rosário, localizada na antiga Rua da Vala, é um templo que teve sua obra iniciada em 1700, se estendendo pelo primeiro quartel do século XVIII. Também indicada como freguesia na legenda, tornou-se sé da cidade a revelia da irmandade mantenedora formada por negros e pardos, a qual permaneceu no mesmo local. Ao ganhar importância de catedral, sofria interferência direta dos cônegos, que subjugavam e discriminavam os membros da ordem. Foi neste templo que em 1808 o Príncipe regente agradeceu pelo sucesso de sua viagem através do Atlântico. Sua fachada atual é resultado de obras de remodelação executadas em meados do século XIX.

O conjunto arquitetônico do Mosteiro de São Bento vem sendo ilustrado em representações anteriores à planta de 1812. Cabe lembrar que a existência de beneditinos naquele sítio remonta ao século XVI, com algumas edificações construídas nos séculos seguintes, as quais permaneceram com algumas alterações ao longo do tempo na paisagem carioca, porém mantendo sua função. A ocupação do morro de Santo Antônio por religiosos tem origem no começo do século XVII, quando foi iniciada a construção do convento e da primeira igreja deste santo (**Figura 3**).

Outros imóveis eclesiásticos permanecem na paisagem, trespassando os momentos representados nas duas plantas estudadas. Desse modo,

pode-se citar o convento de Santa Teresa, com construção iniciada em meados do século XVIII, e a igreja de Nossa Senhora do Desterro, cuja capela original remonta à primeira metade do século XVII, ambos localizados no morro de Santa Teresa. Na mesma linha, construções foram erguidas no século XVIII, destacando-se as igrejas de Nossa Senhora do Carmo da Lapa do Desterro, localizada no bairro da Lapa, de Nossa Senhora da Conceição e Boa Morte, identificadas como Capela de Nossa Senhora da Conceição, que se localiza na atual Rua Buenos Aires, de Santa Ifigênia e Santo Elesbão, identificadas como Santa Ifigenia, na Rua da Alfândega. Já a igreja de Nossa Senhora da Lampadosa, construída por uma irmandade de devoção formada por negros no século XVIII, localiza-se na Avenida Passos e foi demolida na década de 1930, mas seu sítio pode ser utilizado como elemento de ligação entre as plantas.

Destaque deve ser dado à igreja de Santa Luzia, construída na beira da antiga praia de mesmo nome. Ressalta-se que o templo indicado nas plantas teve sua construção iniciada em 1752, mas já havia uma pequena capela neste local considerado distante na segunda metade do século XVI. Por outro lado, em uma área mais afastada pode-se encontrar a igreja de Nossa Senhora da Saúde, na Rua Silvino Montenegro, construída no século XVIII no bairro homônimo.

As permanências construídas ou ocupadas por atividades do Estado também são percebidas na paisagem da cidade, sendo facilmente identificadas na legenda da planta de 1812 e em topônimos ou feições da planta de 1906, embora em quantidade muito inferior às propriedades eclesiásticas. Nessa linha, podem ser destacados o Paço Real, o Chafariz do Mestre Valentim, os Arcos da Lapa e os conjuntos arquitetônicos da atual 5.^a Divisão de Levantamento do Exército e do Museu Histórico Nacional.

Identificado como Palácio Real na planta de 1812 e destacado na planta de 1906, o imóvel localizado na atual Praça XV era conhecido como casa dos governadores entre os anos de 1743 e 1763. Edificado aproveitando a estrutura dos edifícios da Casa da Moeda e do Armazém Del Rey, abrigou os vice-reis entre os anos de 1763 e 1808. Desde a chegada de Dom João até a proclamação da república, o sobrado foi utilizado como sede do governo. Daí em diante perdeu a

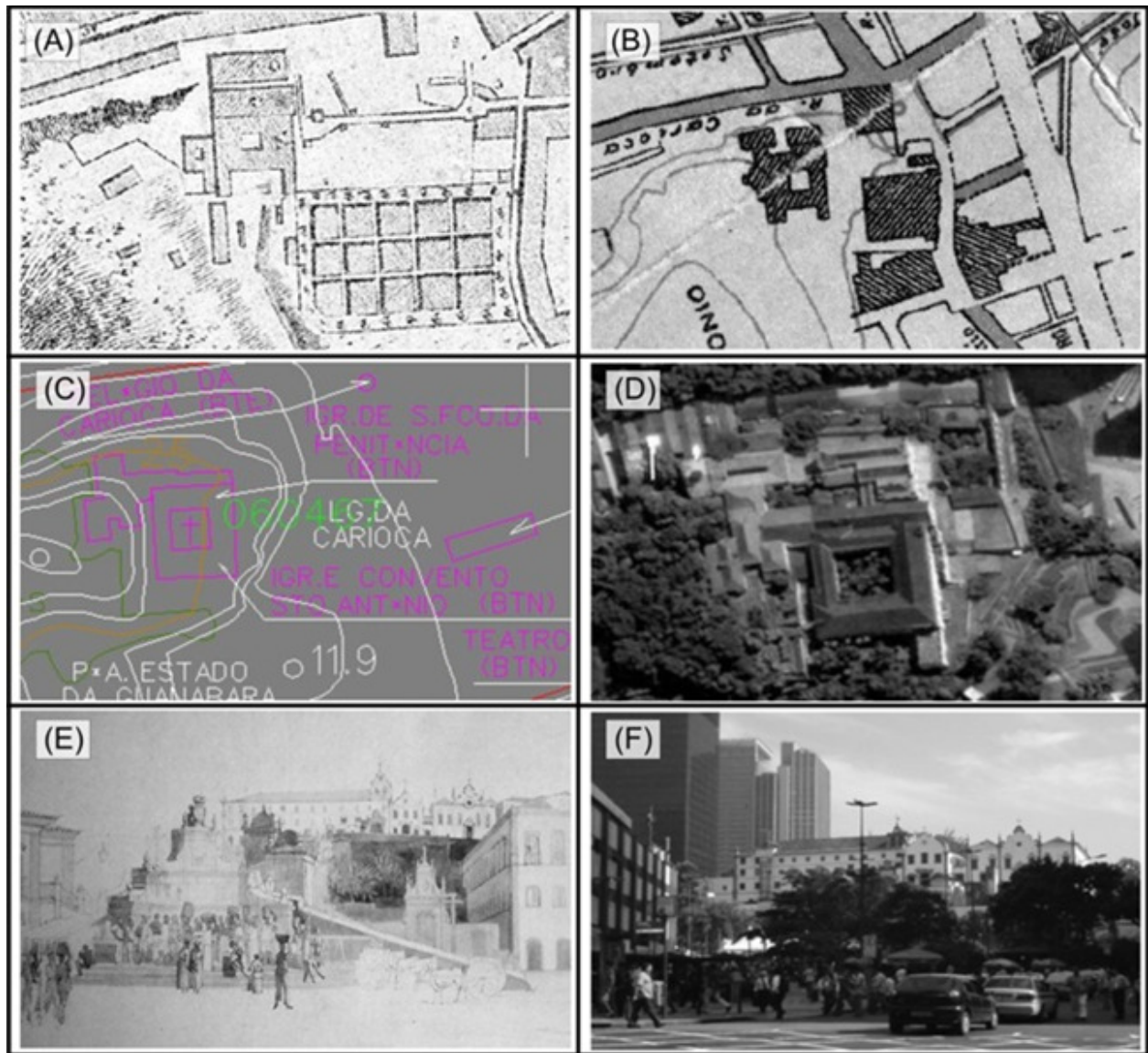


Fig.3 - Morro de Santo Antônio: (A) Planta de 1812, (B) Planta de 1906, (C) Base cartográfica de 2000, (D) Imagem Digital Globe/Google Earth (2002/2003), (E) Detalhe de aquarela de Thomas Ender de 1817 (FERREZ, 1976) e (F) Fotografia do autor (2008).

importância dos tempos do império, passando a abrigar a agência central dos Correios e Telégrafos. Nesse contexto, o prédio (**Figura 4**) passou por diversas reformas, chegando à década de 1930 com o estilo colonial descaracterizado. No ano de 1985, após três anos de restauração que o deixou novamente com características de suas fases históricas, tornou-se um centro cultural vinculado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), função exercida até hoje.

O conjunto arquitetônico que abriga à atual 5.^a Divisão de Levantamento do Exército corresponde ao palácio do Bispo e à fortaleza da Conceição indicados na planta de 1808. A capela dedicada à Nossa Senhora da Conceição, que deu nome ao morro, remonta à primeira metade do

século XVII. O imóvel foi doado aos frades carmelitas no mesmo século, onde foi erguida a residência episcopal que passou por várias reformas ao longo do século XIX. Já a fortaleza da Conceição foi construída na primeira metade do século XVIII, logo após as invasões francesas. Com projeto do francês brigadeiro Massé, imediatamente foi considerada o terceiro maior poder de fogo da cidade. Por outro lado, os prédios ocupados pelo Museu Histórico Nacional possuem feições que permitem a ligação com os elementos representados na planta de 1808. É importante ressaltar a falsa impressão que os aspectos arquitetônicos do museu causam aos observadores desavisados. Apresentando estilo neocolonial, o conjunto exhibe formas que remetem à época da primeira representação



Fig.4 - Paço Imperial nos séculos XIX, XX e XXI: (a) Paço Real no início do século XIX – Detalhe da obra de Debret (SANTOS, 2001, p. 146), (b) Antigo Paço Imperial utilizado como Agência Central dos Correios e Telégrafos (GERSON, 2000, p. 210a), e (c) fotografia do Paço Imperial em 2008.

cartográfica aqui estudada, mas suas fachadas não têm nenhuma ligação com aquelas ilustradas pelos imóveis que ocupavam a área no passado (**Figura 5**).

Indicado como chafariz do Terreiro do Paço na planta de 1808 e ilustrado no mesmo local na planta de 1906, o chafariz do Mestre Valentim é considerado a mais importante construção deste tipo do século XVIII. O imponente monumento localiza-se na atual praça XV e é facilmente encontrado em representações que ilustram o antigo terreiro do Paço. No passado tinha a função de abastecer a população e os navios ancorados no porto, visto que se encontrava à beira-mar, em uma área que foi atingida por sucessivos aterros ao longo do tempo. Já o chafariz do Lagarto (**Figura 6**), também projetado pelo mesmo artista, não é mencionado nas duas plantas estudadas e na base cartográfica

e, ao contrário dos diversos monumentos encontrados na cidade, não possui nenhuma placa indicativa que ilustre sua relevância no passado. Localizado próximo à atual Rua Frei Caneca, apresenta uma referência em latim, a qual ilustra sua importância no momento da construção. Construído no último quartel do século XVIII, este chafariz tem um lagarto de bronze, o que justifica o nome popularmente adotado.

Parques e jardins também devem ser lembrados como invariantes na paisagem da cidade, merecendo destaque o Passeio Público e o Campo de Santana. O primeiro corresponde a um projeto do Mestre Valentim inspirado no Passeio Público de Lisboa. Inaugurado na década de 1780, o projeto sofreu alterações na reforma de 1862, momento em que o decadente parque foi revitalizado. Por outro lado, o Campo de Santana, também conhecido como Praça da República, é uma permanência já ilustrada em representações da segunda metade do século XVIII.

O imóvel indicado como Recolhimento e Hospital da Misericórdia na planta de 1808, localizado ao lado da igreja de Nossa Senhora de Bonsucesso, pode ser visualizado na planta de 1906 e serve como elemento de ligação com a base cartográfica utilizada no trabalho. O conjunto de prédios atualmente pertencente a esta irmandade já era ilustrado no documento cartográfico que representa a cidade no início do século XX.

3.2. OBSTÁCULOS AO AVANÇO DA MANCHA URBANA

Alguns elementos da paisagem da cidade restringiram o avanço da mancha urbana em diferentes períodos da história da cidade, dos quais merecem destaque os manguezais, as praias, os pântanos e os morros. O crescimento da cidade só foi possível com a superação destes obstáculos em diversas ocasiões, cabendo aqui discutir sobre aqueles existentes e/ou removidos entre os séculos XIX e XX, os quais estão ilustrados nos documentos cartográficos estudados. Vale lembrar que dos elementos suprimidos ainda restam resquícios, os quais podem ser visualizados ou são lembrados por alguma referência aos seus antigos topônimos.

A praia de Santa Luzia, existente no século XIX em frente à igreja de mesmo nome, é indicada na planta de 1906, mas já apresentava sua costa retilínea, sendo destacada como parte das áreas



Fig.5 - Detalhe do conjunto arquitetônico do Museu Histórico Nacional em 2008.

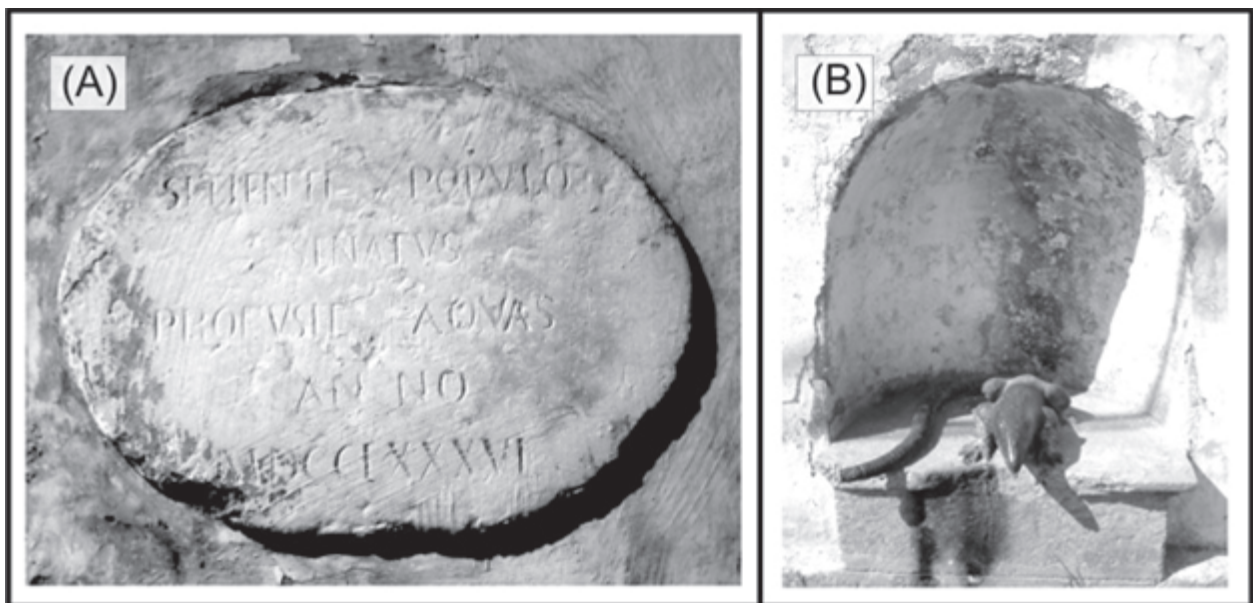


Fig.6 - Chafariz do Lagarto: (A) detalhes da referência e (B) lagarto de bronze.

com melhoramentos já realizados em 1906. A praia de Nossa Senhora da Glória, que também desapareceu, de forma que nem é citada na planta de 1906, pertence ao mesmo grupo que a anterior. Deve-se ressaltar, ainda, que esta área passou por sucessivos aterros no decorrer do século passado.

Nesse contexto, a ponta do Calabouço, existente nos documentos cartográficos de 1808 e 1906, já não existia mais na década de 1920, por causa das obras de aterro resultantes da reforma do governo do prefeito Carlos Sampaio, entre os anos de 1920 e 1922.

A área aterrada hoje é ocupada por uma avenida, por prédios e pelo aeroporto Santos Dumont. Por outro lado, nos arredores da atual praça XV foram aterradas, ao longo do tempo, as praias de Dom Manuel e dos Mineiros, as quais já apresentavam formas retilíneas na planta de 1906. Deve-se lembrar que esta última planta já indicava a expressão “Cais dos Mineiros” para a área anteriormente ocupada pela referida praia.

A Prainha, o Valongo, o Valonguinho, o costão de Nossa Senhora da Saúde, o saco da Gamboa e a ilha dos Cães foram aterrados nas obras de construção do cais do porto, previstas na planta de 1906. A **Figura 7** apresenta a área aterrada comparando a planta de 1906 e 2000 na área do cais do porto. Cabe ressaltar que parte do saco da Gamboa já se encontrava aterrado no início do século XX. Na mesma linha, mas em direção ao interior, destacam-se as obras de drenagem do Campo de Santana e aterramento do mangal de São Diogo, as quais foram realizadas no período de Dom João VI, viabilizando seu acesso para São Cristóvão e possibilitando a ocupação das áreas entre este último bairro e o centro.

O morro do Castelo, localizado em uma das áreas mais valorizadas da cidade, na ocasião de seu desmonte, pode ser encontrado nas representações dos séculos XIX e XX. O processo de desmonte iniciado na década de 1920 possibilitou a abertura de seu sítio ao capital imobiliário. Já o morro de Santo Antônio foi parcialmente destruído em meados do século XX (**Figura 8 a, b**). Por outro lado, a remoção do morro do Senado já estava prevista nos melhoramentos projetados na planta de 1906, para o avanço da Avenida Mem de Sá, tendo sido concluída ainda no início daquele século (**Figura 8 c, d**).

Deve-se destacar alguns acidentes geográficos desaparecidos no período anterior à construção da primeira planta aqui estudada, como é o caso da lagoa do Boqueirão, aterrada no último decênio do século XVIII, a qual deu lugar ao Passeio Público. Nessa linha, vale também a lembrança do morro das Mangueiras, cuja destruição contribuiu para o aterramento da referida lagoa. Por outro lado, as lagoas do Desterro e de Santo Antônio, aterradas em meados do mesmo século, localizavam-se próximas ao morro de Santo Antônio.

3.3 – EIXOS DE EXPANSÃO

Pode-se afirmar que a cidade cresceu em direções qualitativamente distintas nos últimos 25 anos do século XIX. Este período, que deve ser considerado como a primeira fase de expansão acelerada da malha urbana do Rio de Janeiro foi determinado pela reprodução de capitais nacionais, provenientes dos lucros da aristocracia cafeeira, e estrangeiros, aplicados por empresas que aqui se instalavam (ABREU, 1987). Ressalta-se que o avanço citado não é percebido na planta de 1812, mas naquele momento foram lançadas as bases para o processo ocorrido no final daquele século, visto que, com a chegada do Príncipe Regente, houve uma abertura do Brasil ao exterior.

Até o início do século XIX a ocupação da cidade se restringia à área central, pouco ultrapassando a antiga vala, a exceção de algumas moradias e de propriedades tipicamente rurais. Deve-se destacar, ainda, que a mancha urbana avançava sob influência dos agentes Igreja e Estado, no último caso materializado em fortificações militares. Por outro lado, com a transferência da Corte e a chegada de estrangeiros, principalmente os ingleses, importou-se o hábito de morar fora do centro. Nesse contexto, parte dos habitantes deslocou-se para os subúrbios de São Cristóvão e de Botafogo, o que correspondia à elite da ocasião, visto que não era qualquer um que podia se dar ao luxo de morar fora da área central da cidade.

Assim que chegou, a Família Real se instalou no Paço anteriormente ocupado pelo vice-rei conde dos Arcos, mas, em pouco tempo, o Príncipe Regente deslocou-se para o bairro de São Cristóvão, onde um palácio mais amplo estava disponível para hospedá-lo. Da mesma forma, a princesa Carlota Joaquina, a qual vivia separada de Dom João, instalou-se em uma chácara em Botafogo. Tal fato, somado ao interesse dos estrangeiros em residir em subúrbios, contribuiu para a valorização e ocupação residencial destas áreas ao longo do século XIX (GOMES, 2007).

Esse avanço pode ser percebido de forma discreta nas plantas de 1808 e de 1906. A planta de 1808 ilustra caminhos e propriedades que se localizam nos atuais bairros de Santa Teresa, Glória e Cidade Nova. Já a planta de 1906 destaca as reformas urbanas restritas à área central da cidade, apesar da mancha urbana ter avançado para muito

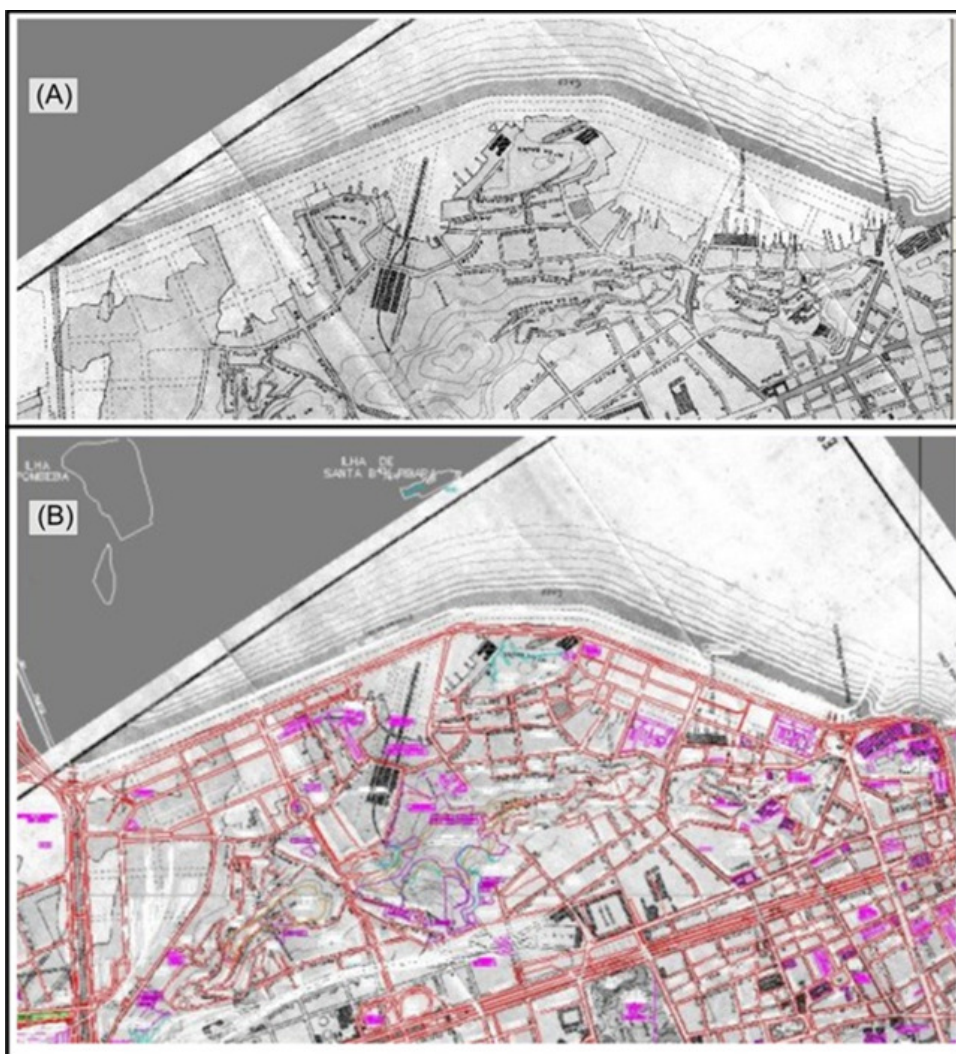


Fig.7 - (a) Detalhe do projeto de construção do cais do porto na planta de 1906, e (b) Sobreposição 2000 (vetores em vermelho).

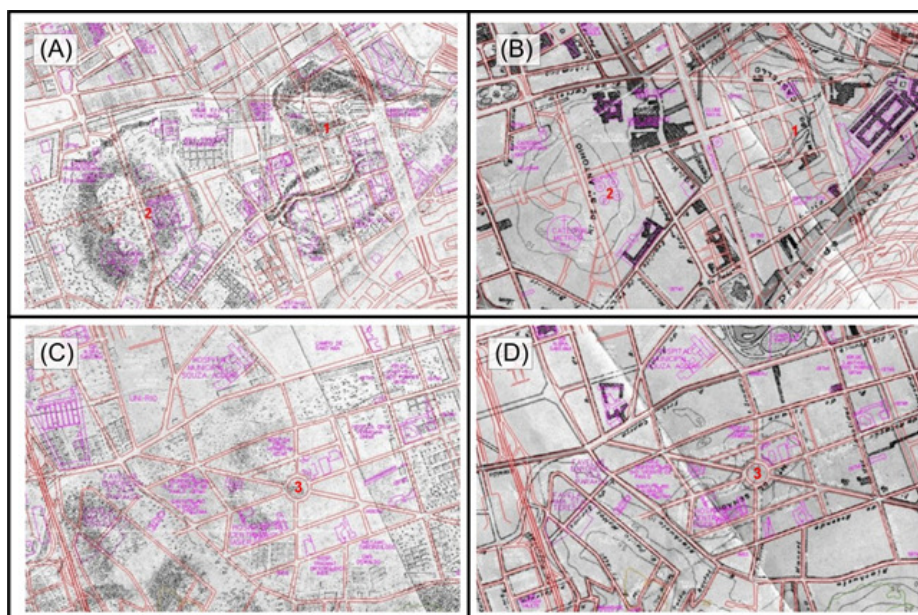


Fig.8 - Base cartográfica sobreposta às plantas do passado: (a) Sobreposição 2000 x 1812 – Morro do Castelo (1) e Morro de Santo Antônio (2); (b) Sobreposição 2000 x 1906 – Morro do Castelo (1) e Morro de Santo Antônio (2); (c) Sobreposição 1812 x 2000 – Morro do Senado e atual Praça Cruz Vermelha (3); e (d) Sobreposição 1906 x 2000 – Morro do Senado e atual Praça Cruz Vermelha (3).

além do enquadramento da representação. Ainda assim, ilustra também as áreas correspondentes aos atuais bairros de Santa Teresa, Glória, Catete, Flamengo, Botafogo, São Cristóvão e Rio Comprido. Deve-se destacar que há uma planta de 1877, que demonstra abertamente o interesse dos agentes econômicos em ocupar os subúrbios da cidade. Intitulada “Nova Planta Indicadora da Cidade do Rio de Janeiro e Subúrbios”, o documento cartográfico indica os loteamentos servidos pelas linhas de carris, que chegavam aos atuais bairros de Botafogo e São Cristóvão. Além disso, esse documento cartográfico inclui caminhos e representações que alcançavam o atual bairro do Leblon, apresentando, também, loteamentos nos atuais bairros de Copacabana e Vila Isabel.

Deve-se ressaltar que os diferentes eixos qualitativos de expansão urbana indicados por Abreu (1987) foram influenciados pelas linhas de trens e carris. A inauguração da Estrada de Ferro Dom Pedro II permitiu a ocupação acelerada das áreas suburbanas atravessadas por esta ferrovia. Desse modo, ligou áreas fracamente integradas à cidade, visto que permitia seu acesso a uma demanda que surgia naquele momento. Esse grupo correspondia a habitantes que possuíam condições de morar fora do centro, mas não tinham como bancar os altos custos de bairros como Botafogo ou Glória. Por outro lado, a implantação de linhas de carris baseava-se numa demanda já existente, cobrindo as áreas suburbanas mais valorizadas da cidade.

Cabe alertar, ainda, que o primeiro trecho da referida ferrovia, inaugurado em 1858, ligava a freguesia de Santana a Queimados. Com isso, percebe-se o interesse de uso para transporte de cargas, o que não era exclusividade, visto que no mesmo ano foram inauguradas as estações de Cascadura e Engenho Novo. O uso misto das ferrovias e a posterior consolidação destas áreas como habitacionais, justifica sua inferioridade de preços quando comparadas aos subúrbios próximos. Além disso, as atividades industriais também ocuparam este eixo, pois estas se encontravam próximas ao meio de transporte ideal para conduzir sua produção, o que também contribuiu para a desvalorização considerando o uso residencial. Tal fato pode ser percebido ao considerar que, a

exceção da representação do futuro porto da cidade e de parte do bairro de São Cristóvão, não houve interesse em representar elementos relacionados às indústrias na planta de 1906.

Outro ponto de interesse a ser tratado era a atração que os bairros de São Cristóvão e Botafogo exerciam na população com melhores condições financeiras, causando uma espécie de rivalidade entre seus moradores, a qual perdurou até a década de 1880. Deve ser lembrado que, com o término da monarquia e a instalação de diversas indústrias, São Cristóvão entrou em decadência, tornando-se este bairro atualmente mais próximo da realidade dos subúrbios distantes. Ressalta-se que, seja pela proximidade ao centro ou por sua importância na virada dos séculos XIX e XX, parte deste bairro encontra-se representada nos documentos cartográficos de 1877 e 1906. Por outro lado, o eixo de Botafogo se consolidou como área de habitação das classes mais abastadas, com maior potencial de influência sobre o poder público, sendo beneficiado em quase todas as grandes reformas urbanísticas realizadas na cidade.

Diferentemente dos eixos de expansão da cidade, que passaram por rápidas transformações possibilitadas pelos capitais privado e do Estado, as áreas centrais mantiveram-se sem nenhuma mudança significativa ao longo do século XIX. Ainda assim, a pressão por modificações urbanísticas era muito grande, visando melhorar as condições higiênicas e de circulação, de forma que as características da cidade se tornassem próximas das tendências apresentadas pelas capitais européias.

Na virada dos séculos XIX e XX, os grupos sociais concentravam-se nas freguesias centrais, visto que não possuíam condições de morar distante de seus locais de trabalho. Deve-se destacar que grande parte das atividades produtivas e de prestação de serviços localizava-se nesta área. Vale lembrar que uma rede de transporte mais eficaz começava a se materializar na cidade, viabilizando o deslocamento aos subúrbios com maior rapidez. Isso possibilitou a instalação de indústrias e o surgimento dos bairros residenciais em áreas cada vez mais distantes. Mesmo assim, os preços dos terrenos e das passagens ainda eram entraves a serem superados.

4. DISCUSSÕES E CONCLUSÕES

As principais construções invariantes identificadas foram ou permanecem propriedades da Igreja ou do Estado. Desse modo, eles podem ser classificados como os principais agentes modeladores do espaço neste estudo.

É muito comum afirmar que os prédios governamentais se encontram em áreas consideradas de importância para a cidade. Na maioria dos casos, e principalmente na lógica da cidade colonial, a área ocupada por eles passa a ser conhecida como o centro da cidade, a qual possui valorização imobiliária. Deve-se lembrar que, diferentemente das atividades eclesiais e de seus imóveis, o dinamismo da ocupação e localização das repartições públicas faz com que os prédios por elas ocupados sejam modificados ou transferidos para outra área, dentro ou distante do centro. Esse é um dos motivos que pode explicar a pequena quantidade de propriedades de uso estatal que puderam ser utilizadas como ponto de relacionamento entre os documentos cartográficos, quando os comparamos com aqueles vinculados às atividades religiosas. No caso da cidade colonial, representada pela planta de 1808, isso é nitidamente notado, visto que a religião era um elemento muito importante no cotidiano de seus habitantes. Com isso, foi possível utilizar uma grande quantidade de alvos vinculados direta ou indiretamente ao agente Igreja para efetuar o georreferenciamento.

Cabe, ainda, destacar a atuação da Igreja contribuindo para a expansão da cidade. Inicialmente essa expansão era influenciada diretamente por este agente, visto que algumas propriedades eclesiais localizavam-se em áreas mais distantes, atraindo a ocupação de terrenos localizados nas proximidades de conventos religiosos e propriedades afins. Essa função foi exercida pelos conventos de Santo Antônio e de São Bento ao longo do século XVIII. Em outro momento a Igreja influenciou a instalação de loteamentos e bairros em imóveis que outrora fora de sua propriedade, como é o caso dos loteamentos localizados no Engenho Velho. Deve ser lembrado que a Igreja possuía muitos imóveis nas freguesias urbanas e rurais do Rio de Janeiro, dos quais muitos são resultados de doações de fiéis.

Apesar de ter menos elementos ilustrados do que a Igreja, a ação do Estado observada nas plantas é muito significativa. O fato dos documentos cartográficos de 1808 e 1906 terem sua construção ordenada pelo segundo agente é um ponto a ser destacado.

Cabe lembrar que a ordem de construir a melhor representação cartográfica em um contexto histórico não é nenhuma novidade no caso dos documentos estudados. Em outros momentos da história da cidade ordens semelhantes foram dadas para resolver questões de seu planejamento e de sua defesa. O caso da planta de 1713 construída pelo Brigadeiro João Massé, em virtude da invasão francesa de 1711, enquadra-se nessa prática.

Nessa linha, a construção da planta de 1812 resultou da necessidade de um registro fidedigno da cidade na época da chegada da corte do Príncipe Regente. Para isso, da mesma forma que em outros períodos, foram contratados os melhores profissionais e equipamentos da ocasião para o levantamento, construção e impressão do documento cartográfico. De modo semelhante, a planta de 1906 resulta dos estudos da carta cadastral, correspondendo ao melhor levantamento cartográfico realizado na cidade do Rio de Janeiro até então. Utilizando essa base, foram impressas diversas plantas que serviram como instrumentos de propaganda das reformas atribuídas ao prefeito Pereira Passos.

A divulgação das reformas executadas no início do século XX no Rio de Janeiro, por meio de plantas impressas pela prefeitura, privilegiava a administração municipal em detrimento do governo federal, este último responsável por boa parte dos recursos nelas empregados. Ressalta-se que esta estratégia foi repaginada, sendo utilizada continuamente até os dias atuais.

Por outro lado, a ação de outros atores, tais como os agentes econômicos e a população e os movimentos sociais, não é tão fácil de ser observada em um documento cartográfico, considerando que suas propriedades não apresentam dimensões tão significativas a ponto de serem representadas em uma planta. Mas deve-se destacar que sua existência acaba sendo percebida, visto que os atores também estão envolvidos com a lógica de ocupação do espaço.

No contexto estudado, os agentes econômicos participavam de forma mais ativa, levando-se em conta que suas atividades eram de grande importância para a dinâmica da cidade. Ressalta-se, ainda, que este grupo também se impunha no momento em que representavam o agente Estado, aproveitando-se da situação para defender os interesses de seus pares. Já a população e os movimentos sociais correspondem a um ator com maior dificuldade de se mostrar através das representações cartográficas, mas, ao observar alguns elementos das plantas, é possível perceber detalhes que podem remeter às necessidades e, conseqüentemente, à atuação deste agente modelador. Nessa linha, as reformas urbanísticas atribuídas a Pereira Passos tinha, entre seus objetivos, a retirada da massa que habitava os cortiços da área central da cidade, a qual possuía grande valor imobiliário. A existência de uma ferrovia ilustrada na planta de 1906 aponta para a solução para o problema da aglomeração na área afetada pela reforma, considerando-se que esse grupo poderia ocupar as áreas suburbanas mais distantes. Vale lembrar que a questão da retirada da população da área central para dar lugar a outras atividades foi resolvida, mas o cerne do problema não foi superado nem ao longo prazo, visto que a questão da moradia é um problema estrutural da cidade do Rio de Janeiro, permanecendo até os dias atuais.

Pode-se dizer que o problema da habitação e, conseqüentemente, da segregação sócio-espacial encontrado na cidade tem origem no período estudado. Inicialmente a cidade se restringia as freguesias urbanas localizadas no atual centro da cidade, com outras freguesias rurais no entorno. Pouco tempo após a chegada da Família Real, importou-se o hábito de morar em subúrbios, que a partir da segunda metade do século XIX foram providos de infra-estrutura para receber essa nova demanda, a qual possuía condições de deslocamento. Naquele momento a mancha urbana avançou para os subúrbios de São Cristóvão e Botafogo, atraindo a elite da ocasião. Por outro lado, a população pobre continuava próxima aos seus postos de trabalho, no centro congestionado e insalubre da cidade. Deve-se lembrar que o problema do crescimento desordenado da cidade não foi resolvido com o deslocamento de parte da população para os subúrbios mais afastados. Esse

problema perdura até os dias atuais, considerando a permanência da dificuldade de deslocamento das classes menos favorecidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. A. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO, Jorge Zahar Editor, 1987. 147 p.

ADONIAS, I.; GONÇALVES, M. M.; MIRANDA, Y. S. **Catálogo de plantas e mapas da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, Divisão de Documentação, Seção de Publicações, 1966. 171 p.

ADONIAS, I. **As peças raras da mapoteca do Ministério das Relações Exteriores**. Rio de Janeiro: Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, 1956. 68 p.

BARREIROS, E. C. **Atlas da evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro – Ensaio – 1565-1965**. Rio de Janeiro: IHGB, 1965, 28 p.

BERGER, P. Introdução. In: SANTOS, F. A. N. **As freguesias do Rio Antigo**. Rio de Janeiro: Cruzeiro, 1965. p. 7-9.

CAVALCANTI, N. O. **Rio de Janeiro: centro histórico: 1808 – 1998: marcos da colônia**. Rio de Janeiro: Anima Projetos Culturais, 1998. 143 p.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1995. 94 p.

CUNHA, L. F. F. **Álbum cartográfico do Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Biblioteca Nacional, Divisão de Publicações e Divulgação. 1971. 8 p.

CZAJKOWSKI, J. (org.). **Do cosmógrafo ao satélite: mapas da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Urbanismo, 2000. 136 p.

FERREZ, G. **O Brasil de Thomas Ender**. Rio de Janeiro: Fundação João Moreira Salles, 1976. 334 p.

FIGUEIREDO, C.F. *Contribuição para a análise urbana a partir do georreferenciamento de elementos morfométricos de plantas antigas:*

Rio de Janeiro, 1812 e 1906. 90 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília. Brasília. 2008.

GERSON, B. **História das ruas do Rio: e da sua liderança na história política do Brasil.** 5 ed. Rio de Janeiro: Lacerda, 2000. 513 p.

GOMES, L. **1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil.** São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007. 414 p.

LOBO, E. M. L. **História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro).** Rio de Janeiro: IBMEC, 1978. 994 p.

OTT, C. **Formação e evolução étnica da Cidade do Salvador (O folclore bahiano).** (vol. V da

Evolução histórica do Salvador). Salvador: Editora Manu, 1955. 238 p.

REIS, J. J. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês 1835.** São Paulo: Brasiliense, 1986. 665 p.

REIS, N. G. **Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, Fapesp, 2000. 414 p.

VASCONCELOS, P. A. Os agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial. CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (coord.) **Explorações geográficas: percursos no fim do século.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 247-278.